



Município de Lagos actualiza tarifários

A Câmara Municipal de Lagos decidiu actualizar os preços para 2008, relativamente ao fornecimento de água com um aumento dos preços em 2,3%, o saneamento em 15,3% e os resíduos sólidos em 2,1%.

A autarquia decidiu, na última reunião de Câmara, rever os tarifários em vigor, com base na taxa de inflação para os resíduos sólidos urbanos e nos valores de aumento de água e saneamento para 2008 comunicados pela Águas do Algarve S.A.

“Trata-se assim de transpor, e fazer repercutir nas tarifas a pagar pelos consumidores, o aumento dos preços praticados pela empresa concessionária, os quais têm sido a principal causa de agravamento da situação económica deficitária dos sectores da água e esgotos”, expli-

ca em comunicado a autarquia.

Tendo em conta este aumento, pode verificar-se por exemplo que, um consumo de 5 m³, que actualmente custa 8,25 euros, passará a custar 8,65 euros, ou seja, mais 40 cêntimos. Se o consumo mensal atingir os 11 m³, o valor passará de 14,82 para 15,58 euros. Se estiver no 3.º escalão, e o consumo atingir os 23 m³, a factura a pagar passará de 32,78 para 34,27 euros. Finalmente, no último escalão, ou seja, os consumidores de mais de 30 m³, pagarão por 31 m³ um valor a mais de 4,77% (de 51,05 passa a 53,49 euros).

Trata-se de uma solução a curto prazo, segundo a autarquia, que pretende analisar o problema, “tendo em vista a definição de estratégias sectoriais de médio e longo prazo”.

Medidas sociais de estímulo da natalidade

A autarquia de Lagos refere que, o “impacto destas medidas será especialmente reduzido junto dos reformados e pensionistas que apresentem baixos recursos e famílias” por meio de um “pacote de medidas de âmbito social” que entram em vigor em Janeiro de 2008.

Assim, as mulheres grávidas com mais de 13 semanas de gestação, famílias numerosas, pensionistas, reformados e estabelecimentos de ensino públicos são os visados deste conjunto de medidas, no que concerne aos três serviços públicos essenciais (água, recolha e tratamento de esgotos e de

resíduos sólidos).

Para além de pretender melhorar as condições de vida e bem-estar dos munícipes, designadamente reformados e pensionistas de baixos recursos, a autarquia pretende reforçar assim, a protecção social à natalidade e às famílias numerosas.

O presidente da autarquia lacobrigense, Júlio Barroso justifica o alcance social, demográfico e até económico destas medidas, lembrando que “as actuais tendências demográficas se traduzem num decréscimo significativo da taxa de natalidade”, afigurando-se, por isso, “urgente adoptar medidas e incentivos adicionais que estimulem as famílias a contrariar essa realidade nas décadas vindouras”.